



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO.

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 89/99

Altera a redação do art. 8º do Decreto-Lei nº 667, de 2 julho de 1969, e dispõe sobre a fixação de efetivos e organização das polícias militares e corpos de bombeiros militares e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 8º do Decreto-Lei nº 667, de 2 julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A organização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos estados é fixada em lei, de iniciativa privativa do respectivo Governador.

§ 1º. A organização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares do Distrito Federal e dos territórios é fixada em lei federal.

§ 2º A fixação dos efetivos das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares deverão observar os seguintes critérios:

- I – condições geo-sócio-econômicas;
- II – evolução demográfica;
- III – extensão territorial;
- IV – índice de criminalidade;
- V – capacidade máxima de recrutamento e formação dos quadros.

§ 3º As alterações de efetivo e as mudanças na organização far-se-ão mediante lei estadual, ou federal, no caso do Distrito Federal, devendo ser comunicada, quando aprovada a lei, ao órgão federal responsável pelo registro para fins de convocação ou mobilização.

Art. 8º-A. A hierarquia nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares deve observar a seguinte estrutura básica:

- I - Oficiais:
 - a) Coronel;
 - b) Tenente-Coronel;
 - c) Major;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOÊNCIA E NARCOTRÁFICO.

- d) Capitão;
- e) 1º Tenente;
- f) 2º Tenente;
- II - Praças Especiais:
 - a) Aspirante-a-Oficial;
 - b) Cadete;
- III - Praças:
 - a) Subtenente;
 - b) 1º Sargento;
 - c) 2º Sargento;
 - d) 3º Sargento;
 - e) Cabo;
 - f) Soldado.

§ 1º A todos os postos e graduações de que trata este artigo é acrescida a designação PM, no caso das polícias militares, ou BM, no caso dos bombeiros militares.

§ 2º A unidade federada ou o Território, entendendo conveniente para a respectiva polícia militar e corpo de bombeiros militar, poderá subdividir a graduação de soldado em classes, até o máximo de três.”

Art. 2º Na reestruturação dos níveis hierárquicos e no enquadramento dos militares em atividade nos quadros que vierem a ser criados ou fundidos deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – mesmo curso de formação na instituição;
- II – mesmo nível de escolaridade;
- III – antigüidade no posto ou graduação;
- IV – subsistindo a igualdade, sucessivamente, a antigüidade no posto ou graduação anterior, a data de praça e a data de nascimento, sendo no último caso, o de mais idade considerado o mais antigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de outubro de 2003.

Deputado MORONI TORGAN
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO.